

Panóptico: o meio ambiente artificial usado como instrumento de poder

Mateus de Oliveira Fornasier

Resumo

O meio ambiente artificial tem sido, desde sua gênese, manipulado de acordo com os interesses dos dominantes, a fim de manter seu poderio frente às sociedades. Dessa maneira, o Estado passou a organizar o espaço de acordo com seus parâmetros: primeiramente, a fim de exibir espetacularmente seu poder (o que pode ser denominado método “Sinóptico”) e, principalmente após o advento da modernidade, de maneira a dissimular seu controle, disciplinando assim as condutas individuais (o que é denominado Panoptismo). Mas não apenas o Estado: também outras forças, ligadas à indústria e aos sistemas carcerário e hospitalar, fizeram uso de tais técnicas. Objetiva-se demonstrar quais são as transformações no âmbito dos sistemas de controle e disciplina realizadas após o fenômeno da Globalização e da revolução tecnológica. Para fins de concretização do presente trabalho foi realizada pesquisa bibliográfica. Resultando desses fatores, tem-se que os paradigmas panoptismo e sinoptismo desenvolveram-se de maneira conjunta e complementar. Também nota-se que com o advento das revoluções tecnológicas, sérias transformações ocorreram em relação a tais modelos, como a influência dos bancos de dados computadorizados – o que fez surgir o superpanóptico, bem como a transferência do sinóptico aos meios de comunicação de massa (jornais, cinema, rádio, televisão e, hodiernamente, internet), além do uso do panóptico em sistemas de vigilância de alta tecnologia, como circuitos internos de televisão. Compreender que não apenas sob a visão de Foucault (direta e unicamente ligada ao panoptismo) desenvolveu-se as sociedades moderna e pós moderna. O sinoptismo é relevante meio de influência ao massificar comportamentos e posturas, somando-se a outras técnicas a fim de alienar e controlar a população.

Palavras-chave: meio ambiente artificial, panoptismo, sinoptismo.

Abstract

Artificial environment has been, since its beginning, manipulated according to dominants' interests, in order to maintain their power on society. Thus, the State starts organizing the space based on its own parameters: first, to show spectacularly its power (what can be called “Synoptism”) and, specially after the beginning of modernity, in order to dissimulate its control, disciplining individuals' behaviors (what is called “Panoptism”). But not only the State: other forces, associated to industries, prisons and hospitals, also used such techniques. This work aims to demonstrate what are the transformations on control and discipline systems that were realized after the Globalization and technological revolution phenomena. Literary research was realized within this work. As a result of these factors, it was found that both Panoptism and Synoptism were developed in a linked, complementary way. It was also noted that, since the advent of technological revolutions, serious changes have occurred in relation to these models, such as the influence of electronic databases – what provoked the appearing of Superpanopticon, as well as the transferring of the Synoptic to mass means of communication (newspapers, cinema, radio, television and, nowadays, the internet), and the use of Panopticon in hi-tech surveillance systems, such as closed television circuits. It is also an aim of the present work the comprehension that modern and post-modern societies have not been developed only according to Foucault's approach (direct and exclusively associated to Panoptism). Synoptism is also a very important influence when it turns behaviors and postures into a mass, adding it to other techniques in order to alienate e control the population.

Key words: artificial environment; Panoptism; Synoptism.

1. Introdução

O presente trabalho se propõe a analisar as maneiras pelas quais o homem, no decorrer do seu desenvolvimento, criou estruturas artificiais (ou seja, criou seu ambiente artificialmente) a fim de proporcionar o domínio não apenas a natureza ao seu redor (que seria o meio ambiente natural), mas também da população.

Inicialmente, busca-se demonstrar a trajetória do desenvolvimento da dominação desde o surgimento do meio ambiente artificial até a criação do modelo panóptico. Os portadores do poder, inicialmente, exibiram seu poderio em construções e rituais (religiosos, punitivos, entre outros). Tempos depois, dominar passou a significar observar sem ser observado. A seguir, trata-se especialmente do panoptismo sob a ótica de Michel Foucault, para quem tal modelo fez com que se pudesse disciplinar toda a sociedade a ele subsequente – fazendo surgir, a sociedade disciplinar. Por último, são apresentadas teorias modernas relacionadas ao panóptico, como o *superpanóptico*, decorrente do desenvolvimento dos bancos de dados computadorizados na atualidade, e o *sinóptico*, modelo que teria se desenvolvido paralela e complementarmente ao panóptico, e que significa justamente o seu oposto.

Além disso, avalia-se a importância desses novos modelos em nossos tempos se faz importante, visto estar o fenômeno da globalização transformando sobremaneira toda a realidade. Mobilidade e imobilidade passam a ser os principais valores a dividirem a sociedade, e as influências desse acontecimento sobre os paradigmas da dominação certamente é relevante.

2. O meio ambiente Artificial e os paradigmas da dominação

As construções realizadas pelo homem são o seu ambiente peculiar, interferindo no seu redor, causando alterações no meio natural. Esse elemento artificial, que se contrapõe ao natural, provém da ação transformadora do homem, não por fatores naturais. Além do ambiente construído, é possível elencar outra série de resultados das ações do homem sobre o meio: as culturas artificiais (vegetais, animais e de outras formas de organismos vivos), que também interferem no meio ambiente natural, muitas vezes alterando-o destrutivamente, como nos casos das monoculturas e dos rebanhos de gado bovino.

Para Fiorillo (2006, p. 259), o meio ambiente artificial é composto por “todo o espaço construído, bem como todos os espaços habitáveis pelo homem”. Por isso, estaria relacionado diretamente à idéia de cidade. Da mesma forma, não estaria oposto aos espaços construídos pelo homem no campo, visto que há a referência aos espaços *habitáveis*.

O ser humano surgiu na Terra há cerca de cinco milhões de anos. Durante o período Paleolítico – o qual corresponderia à maior parte do tempo de permanência do ser humano no planeta; de acordo com Benevolo, cerca de 95% (apud Fiorillo, 2006) – os abrigos buscados pelo homem se encontravam no meio natural, e por ele não eram modificados (como as

cavernas, por exemplo) e o seu alimento provinha da coleta – não necessitando, portanto, de um espaço criado para a habitação e a produção.

Durante o Neolítico (cerca de 10.000 anos atrás) ocorreu a transformação das aldeias em cidades, em virtude da produção de excedente, permitindo a manutenção de população especializada – artesãos, sacerdotes, guerreiros e comerciantes – que habitam a cidade e a partir dela controlam o campo.

Já na Idade do Bronze, a classe dirigente passa a absorver o excedente da produção da rara matéria-prima dos instrumentos metálicos, e seu consumo limitado passa a restringir também o crescimento da produção e da população. Na Idade seguinte, a do Ferro, é difundida uma matéria-prima mais econômica, a escrita alfabética e a moeda cunhada o que permitem ampliação da classe dirigente e também da população.

Com a civilização greco-romana, essa organização é desenvolvida “[...] numa grande área econômica – a Bacia Mediterrânea – mas escraviza e empobrece os produtores diretos e caminha para o colapso econômico, do século IV d.C. em diante.” (Benevolo apud Fiorillo, 2006, p. 265).

Durante a Idade Média realiza-se lentamente a transição para a época designada por Benevolo como sendo a do “[...] desenvolvimento da produção com métodos científicos” (apud Fiorillo, 2006, p. 265) – que virá a caracterizar a subsequente civilização industrial, na qual o excedente da produção não é necessariamente reservado a uma minoria dirigente, mas sim, distribuído para a população inteira, que crescerá sem obstáculos econômicos, ultrapassando o limite do equilíbrio ambiental do meio natural.

É durante este período do desenvolvimento das sociedades que ocorre o fenômeno da superação das limitações físicas da espécie humana, sendo seu símbolo maior o advento da máquina a vapor de James Watt – que realiza a transformação não apenas de matérias-primas em produtos beneficiados, mas também homens em bens de produção. O trabalho passa a ser cada vez mais ligado à máquina, tornando-a imprescindível para realizá-lo. Aos trabalhadores, impossibilitados financeiramente de obterem-nas, restou apenas venderem sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção. Assim, segundo Nilo Batista (apud Vianna, 2007) a mão-de-obra passa a ser cada vez mais necessária, e foi o sistema penal que realizou as funções de garanti-la e impedir a cessação do trabalho.

O espaço físico sempre foi, de acordo com Bauman (1999) até os tempos da Revolução Francesa, mensurado antropomorficamente: seja diretamente por medidas do corpo humano (pés, braças, côvados) seja por produtos do homem (galões, potes), ou ainda, em relação à capacidade humana para trabalhar. No entanto, essas medidas variam, visto

serem os homens diferentes entre si – o que trazia para quem detinha o poder, dificuldades em uniformizar o controle sobre a população. Enquanto isso ocorresse, os dominados pelo Estado conseguiriam se defender da sua intervenção. Fazia-se necessária, portanto, a eliminação da variedade de padrões para que o Estado pudesse monitorar facilmente seus súditos – o que se supriu com a imposição de um conjunto de medidas padronizadas, ao mesmo tempo em que se proibia o uso de outras que não as impostas. Substituíram-se, assim, todas as práticas locais e dispersas pelas práticas administrativas estatais, que passaram a ser o único referencial da divisão espacial.

O controle das medidas era essencial para a sobrevivência do Estado, visto que é a partir das atividades de seus súditos que se coletavam os impostos, fonte de renda primordial estatal, além de outras das suas atividades vitais, tais como o recrutamento de soldados e a defesa de seus limites territoriais. Qualquer forma de interpretação do espaço diversa da estatal deveria, portanto, ser desqualificada. As formas de leitura do espaço deveriam ser perfeitamente compreensíveis pelos agentes estatais e, concomitantemente, impossíveis de interpretação pelos elementos populares. Essa reversão de padrões de legibilidade (ou transparência) foi um dos indícios principais do processo de modernização. Apesar de terem sido notadas anteriormente, na história das civilizações humanas, outras formas de imposição de medidas a fim de se possibilitar o convívio, a modernidade perseguiu essa transparência como objetivo principal, a ser atingido através do trabalho de especialistas.

A fim de se controlar a sociedade, diversos modos foram utilizados pelos detentores do poder. Pode-se observar na obra *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault, três esquemas disciplinares aplicados ao longo da história: o exílio dos leprosos, a vigilância da cidade pestilenta e o modelo panóptico. Os dois primeiros dizem respeito diretamente ao controle do alastramento de doenças, enquanto o terceiro foi projetado com várias outras destinações a fim de disciplinar.

O exílio dos leprosos (apesar desta técnica ter sido aplicada a qualquer elemento que se buscasse excluir, como mendigos e loucos) foi a maneira mais comum de se dividir a população até o século XVII. Tratava-se de um esquema simples, no qual eram afastados do restante da população os elementos indesejáveis, estigmatizando-os e condenando-os ao exílio para que moléstias não se transmitissem em decorrência do convívio.

A vigilância sobre a cidade pestilenta era um sistema da lei francesa vigente no século XVII, no qual se observava a exaustiva demarcação de lugares, a vigilância constante, o registro permanente de todo e qualquer ato ou acontecimento, a centralização e a hierarquia extremas. A extrema ordem é a resposta à desordem representada pela peste. Mas esta não

tem simplesmente um significado do ponto de vista médico: também é política a finalidade do regulamento, sendo a peste uma forma concomitantemente real e imaginária da desordem e a disciplina como a cura. As diferenças entre esse segundo esquema e o referido à lepra são evidentes: no segundo, tem-se uma comunidade purificada, enquanto no primeiro, uma sociedade disciplinar. Portanto, os objetivos políticos diferem de um para outro. Porém, nos dois sistemas de controle, pode ser notada a divisão binária normal-anormal acima de todos os indivíduos, com o objetivo de possibilitar o exercício do poder sobre o ser humano: é imposta aos excluídos a tática das disciplinas individualizantes, ao mesmo tempo em que a universalidade do controle disciplinar permite marcar os elementos afetados pelo estigma da exclusão e fazer funcionar contra eles as práticas referentes.

Tanto o exílio dos leprosos quanto a vigilância sobre a cidade pestilenta, das suas idéias de finalidade política e demarcação binária dos indivíduos, contidas tanto no exílio do leproso quanto na cidade em tempos de peste, derivam todos os mecanismos de controle disciplinar seguintes.

O panóptico é uma concepção do filósofo utilitarista inglês Jeremy Bentham (1748-1832), que o concebeu como um sistema voltado à inspeção de pessoas de qualquer tipo. Baseado em uma construção de arquitetura diferenciada e extremamente planejada, foi descrito por ele em *O Panóptico ou a casa de inspeção*, texto em forma de cartas da Rússia a um destinatário na Inglaterra. Sintetizado por Miller (2000, p. 77), o projeto seria da seguinte maneira:

O dispositivo é um edifício [...] circular. Sobre a circunferência, em cada andar, as celas. No centro, a torre. Entre o centro e a circunferência, uma zona intermediária.

Cada cela volta para o exterior uma janela feita de modo a deixar penetrar o ar e a luz, ao mesmo tempo que impedindo ver o exterior – e para o interior, uma porta, inteiramente gradeada, de tal modo que o ar e a luz cheguem até o centro.

Desde as lojas da torre central se pode então ver as celas. Em contraposição, anteparos proíbem ver as lojas desde as celas.

O cinturão de um muro cerca o edifício. Entre os dois, um caminho de guarda. Para entrar e sair do edifício, para atravessar o muro do cerco, só uma via é disponível.

Além de todas estas descrições de sua “máquina de vigilância”, outras foram dadas com minúcias: medidas, pesos, causas e conseqüências de todo e qualquer ato, e outros detalhes. Segundo Miller (2000, p. 80), é típico do utilitarista Bentham racionalizar cada elemento em função dos outros, em perfeita harmonia de causas e efeitos, sendo o panóptico “[...] o modelo do mundo utilitarista: tudo nele é só artifício, nada de natural, nada de

contingente, nada que tenha o existir como única razão de ser, nada de indiferente. Tudo ali é exatamente medido, sem excedente, nem falta.”

O mais interessante acerca do Panóptico, no que concerne ao uso que seu criador a ele propõe, é que não apenas às casas de detenção ele poderia ser utilizado: o próprio Bauman, na publicação do texto, o recomenda a todas as instituições educacionais, de assistência e de trabalho, como solução econômica para os problemas do encarceramento e, de acordo com Perrot (2000), foi o esboço geométrico para uma sociedade racional, utilizando-se do planejamento e da mensuração exaustivos para evitar o desperdício e atingir a produtividade máxima. Baseando-se em princípios utilitaristas e panópticas, empregar-se-iam todas as forças produtivas ociosas resultantes do êxodo rural inglês setecentista através da divisão do trabalho e do seu aprisionamento, alimentando-os e instruindo-os no sistema fabril.

Há também a exaltação de princípios organizacionais: transparência universal, inspeção a qualquer momento, opção pela visibilidade ou invisibilidade aos inspetores, separação entre as categorias de vigiados, reclusão das classes “perigosas e difamadas”, proibição de certos objetos (como álcool, pólvora e armas), vestimenta uniformizada e, principalmente, inspeção central – essencial para facilitar a vigilância e o controle com o mínimo possível de pessoal a inspecionar.

Assim, a principal utilização do Panóptico, espaço artificial de rearranjo do poder, para a posteridade – como se pode observar, no uso freqüente dos princípios acima elencados por Bentham, nas organizações fabris da atualidade – se dá na indústria, com a finalidade de tornar esta o mais produtiva possível, além de controlar a população com o próprio trabalho.

3. Foucault e o Panóptico

Foucault (2007) descreveu o modelo panóptico em sua obra *Vigiar e Punir*. Tal modelo tem, como fator decisivo, a combinação da visibilidade constante dos vigiados pelos vigias, concomitante à total invisibilidade dos últimos pelos primeiros.

A partir do estudo da arquitetura hospitalar da segunda metade do século XVIII, as escolas do mesmo período e as reformas penitenciárias do século XIX, o autor descobriu que havia a necessidade de um olhar centralizado e de total visibilidade nessas instituições nos períodos considerados, somada às dificuldades apresentadas pelo fato de se precisar evitar o contato, o contágio, a proximidade e o amontoamento separando os indivíduos vigiados.

O Panóptico inverte o princípio da masmorra: enquanto neste há as funções de trancar, privar da luz e esconder os indivíduos a serem punidos, na invenção de Bentham conserva-se

a primeira, e substituem-se as outras duas pela iluminação plena e pelo olhar do vigia. Isso evitaria a formação de aglomerados de detentos nos cárceres, visto que cada um estaria trancafiado em seu próprio local, sem comunicação com os demais. Também impediria sua revolta organizada, contágios de qualquer espécie de moléstia e transmissão de possíveis más-influências. Em outras palavras, a reorganização do espaço e da distribuição da luz seria a garantia da ordem.

Por outro lado, há a introdução de um “[...] estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder” (Foucault, 2007, p. 166). Há o efeito permanente de vigilância no espírito do detento mesmo que na verdade ela não ocorra ininterruptamente. Com isso, cria-se e sustenta-se uma relação de poder que não depende de quem o exerce, sendo os próprios detentos os portadores desta situação de poder. O dispositivo panóptico, que dissocia a capacidade de ver e a condição de ser visto realiza a automação e a desindividualização do poder, pois ele deixa de ser representado por uma pessoa, mas na distribuição dos elementos físicos dentro da organização (distribuição dos corpos, das luzes, dos olhares). Passa a haver o exercício do poder pelo aparelhamento, e não pela manifestação do soberano.

Assim, não faz diferença quem porta o poder: qualquer pessoa que se coloque na posição de vigia no maquinário panóptico (ou seja, na torre central) pode controlá-lo. Dessa maneira, dois fenômenos ocorrem: o nascimento de uma sujeição real do vigiado a partir de uma relação fictícia e mecânica e a desnecessidade das demonstrações de força para que se controle a população vigiada, já que a própria organização do espaço construído garante a ordem.

O panóptico é um sistema polivalente, que se aplica desde a correção de prisioneiros, passando pelo tratamento de doentes, educação de estudantes e guarda dos insanos até a fiscalização de trabalhadores e, até mesmo, obrigação aos ociosos a trabalhar. Poderá ser utilizado sempre que houver uma coletividade e uma determinada conduta a ser imposta a ela. Importante frisar que o panóptico também apresenta a vantagem de um poder que nunca aparece: é apenas uma geometria que age diretamente sobre os indivíduos aos quais é aplicado, facilitando ainda a intervenção do poder dominante a qualquer momento que for necessário, sem se fazer qualquer alarde. Isso representa: economia, eficácia (pelo seu caráter preventivo), funcionamento contínuo e automatização do poder.

Daí vem a revolução do panóptico na política, já que se integra e intensifica qualquer função a que se aplique. Nele o poder é a garantia da realização de uma função ou trabalho. Foi a solução para o aumento da produção concomitante ao aumento do próprio poder: até

então, aumentar o poder significava dificultar a produtividade do trabalho, já que este era repressor, exigente. Quando surge a aplicação do panóptico, o poder passa a ser algo silencioso, discreto e, ao mesmo tempo intenso, aumentando a produção pela sua própria imposição organizadora.

A aplicação das instituições de disciplina faz com que ela deixe de ser um elemento aplicado apenas para impedir a desobediência para se tornar a condição de existência do agrupamento, sendo usada para fortalecer e coordenar as habilidades individuais dos indivíduos inseridos na máquina panóptica, aumentando a capacidade produtiva. Também ocorrem: a ramificação dos mecanismos disciplinares, que corresponde ao fato pelo qual a imposição da disciplina não se detém apenas aos estabelecimentos fechados – dessa forma, as instituições se tornam observatórios sociais, espelhando o mundo externo, permitindo o controle – e a estatização dos mecanismos de disciplina, visto que os estabelecimentos de disciplina deixam de ser gerenciados por instituições de caráter religioso e de beneficência (como os hospitais e escolas), para o serem pelo Estado, na forma do exercício de poder de polícia onipresente na sociedade, deixando de ser centralizado na figura do soberano, como o era nos tempos do Absolutismo, para funcionar em várias direções. Assim, a disciplina deixa de ser identificada apenas a uma instituição ou um aparelho, para se tornar uma modalidade de poder – o modelo panóptico do poder - e integrar o cerne de todas as modalidades de disciplinamento, o que levou ao surgimento da sociedade disciplinar.

Nota-se o que há de novo nessa sociedade que surgiu com a absorção o modelo panóptico quando é feita comparação em relação às sociedades humanas anteriores ao surgimento do panoptismo:

A Antigüidade foi uma civilização do espetáculo: “Tornar acessível a uma multidão de homens a inspeção de um pequeno número de objetos”: a esse problema respondia a arquitetura dos templos, dos teatros e dos circos. Com o espetáculo predominavam a vida pública, a intensidade das festas, a proximidade sensual. Naqueles rituais m que corria sangue, a sociedade encontrava vigor e formava um instante como que um grande corpo único. A Idade Moderna coloca o problema contrário: “Proporcionar a um pequeno número, ou mesmo a um só, a visão instantânea de uma grande multidão”. (Foucault, 2007, p. 178).

Na sociedade disciplinar a dualidade indivíduos privados (de um lado) e o Estado (de outro) passa a ser o elemento principal, ao contrário da sociedade anterior, na qual a comunidade e a vida pública o eram. Dessa maneira a sociedade passa a ser definida, então, não mais pelos espetáculos destinados a mostrar a força, o poder do soberano, mas sim pela vigilância dos súditos. Estes passam da “arquibancada” postada em frente ao palco estatal à

máquina panóptica, na qual são fabricados de acordo com a melhor adequação ao poder do Estado, que passa a ser a relação de vigilância que mantém com os dominados.

O poder econômico do Ocidente foi possibilitado pelos processos desencadeadores da acumulação do capital; e o poder político, através dos meios de gerir a acumulação de homens. Mas esses dois processos foram inseparáveis e co-dependentes, já que foi a gerência sobre a população através da disciplina que promoveu o aumento do capital, bem como o aumento deste permite o surgimento da disciplina – que reduz as capacidades políticas individuais e aumenta suas capacidades compreendidas como força útil.

4. A globalização e o futuro do Panóptico

O panóptico foi crucial para a transição dos mecanismos de base local de vigilância e regulação baseados em capacidades humanas limitadas, para a integração supralocal, administrada pelo Estado, que se utiliza de mecanismos que vão muito além das limitações humanas, possibilitando o controle sobre territórios e populações vastos (Bauman, 1999). Mas a conjuntura atual é muito diferente daquela da época em que ele surgiu: este impunha à massa desocupada aos trabalhadores uma ética que considerava o ato de trabalhar a regra básica da ordem social e o estilo de vida correto para constituir o exército fabril, obtendo os braços fortes, instruídos e disciplinados necessários ao sucesso da Revolução Industrial. Já a atualidade, modificada pelo fenômeno da globalização, apresenta o problema contrário: não há mais a necessidade, ou mesmo a oportunidade, de se arrastar a maioria da população para instituições disciplinadoras (como também o eram as fábricas). Assim, podemos até mesmo concluir que as técnicas panópticas são desnecessárias e, até mesmo, um fator contrário à produção – pois, em havendo uma massa a ser excluída, não se pode querer adestrá-las em instituições custosas. Conforme Santos (2006, p. 72-73),

Nessa última fase, os pobres não são incluídos nem marginais, eles são excluídos. A divisão do trabalho era, até recentemente, algo mais ou menos espontâneo. Agora não. Hoje, ela obedece a cânones científicos – por isso a consideramos uma divisão do trabalho administrada – e é movida por um mecanismo que traz consigo a produção das dívidas sociais e a disseminação da pobreza numa escala global. Saímos de uma pobreza para entrar em outra. Deixa-se de ser pobre em um lugar para ser pobre em outro.

Rifkin (1995, p. 35) observa a situação da globalização como algo igualmente nefasto, excludente para o trabalho – principalmente em consequência do desenvolvimento tecnológico e da adoção do novo paradigma orientador do consumo:

As novas realidades econômicas [...] distanciam-se igualmente das probabilidades de que tanto o mercado como o setor público serão capazes novamente de resgatar a economia do crescente desemprego tecnológico e do enfraquecimento da demanda do consumidor. As tecnologias da informação e das comunicações ameaçaram uma perda de dezenas de milhões de empregos no ano seguinte e o declínio estável em muitas indústrias e categorias profissionais. [...] Embora seja verdade que muitos dos produtos e serviços da Era da Informação estejam tornando obsoletos produtos e serviços mais antigos, eles requerem muito menos trabalhadores para produzir e operar. [...] a nova super-rodovia de dados empregará um número cada vez maior de cientistas de computação, engenheiros, produtores, escritores, e profissionais do entretenimento para programar, monitorar e dirigir as redes. Ainda assim, seu número será insignificante comparado aos milhões de empregados nos setores de atacado e de varejo cujos cargos tornar-se-ão redundantes e irrelevantes pelo novo meio.

Por causa desta nefasta conseqüência da racionalização do trabalho – a exclusão da população pobre – presente na globalização, alguns autores realizam estudos acerca do panoptismo na atualidade; pois se a conjuntura atual apresenta fatores diferentes (ou até mesmo contrários) àquela em que o panoptismo se torna necessário, deve haver diferentes sistemas de dominação social.

Assim, proceder à análise de teorias contemporâneas acerca do panóptico e seu destino histórico é oportuno. Elencadas como as mais importantes estão as teorias do banco de dados funcionando como uma espécie de “superpanóptico”, de Mark Poster, e a teoria do sinóptico, de Thomas Mathiesen.

Poster (1991) salientou o modo pelo qual os bancos de dados constituem o novo discurso dominante, ou seja: bancos de dados eletrônicos constituem a nova linguagem e o novo meio para se proporcionar a dominação. Isso causa resistência, conforme o autor apresenta em resultados de uma pesquisa na revista *Time*, que cita que 70 a 80 por cento de seus leitores achavam-se preocupados, em 1991, com essa situação em que suas informações pessoais são coletadas em bancos de dados, não tanto por empregadores, bancos ou empresas de *marketing*, mas sim, pelos governos e empresas de crédito e seguro.

As transações econômicas entram automaticamente nos bancos de dados, e o fazem com a concordância do cliente. Exemplo disso é a operação de compra e venda por cartão de crédito. O consumidor realiza um ato “privado” ao optar pela compra, mas este ato se torna um registro público ao efetuar a transação. No superpanóptico, são desnecessários o edifício meticuloso, a criminologia, os aparatos administrativos complexos e a organização burocrática, pois a vigilância se efetiva quando o ato do indivíduo é comunicado pela linha telefônica ao banco de dados computadorizado, com apenas um mínimo de dados tendo sido

inserido pelo vendedor. Uma operação gigante e suave é efetivada, e a vigilância é disfarçada na participação voluntária do consumidor.

Um banco de dados de um lojista possui campos nos quais se grava cada compra que os indivíduos realizam durante o curso de um determinado tempo, o que resulta na criação de um relato de seus hábitos de consumo, instantaneamente acessível e de referências cruzadas com outras informações tais como os domicílios dos indivíduos, e provavelmente em referência cruzada com outros bancos de dados que possuem suas senhas baseadas em itens tais como um número de registro na previdência social ou número da licença de motorista. Efetivamente, essas listas eletrônicas se tornam identidades sociais adicionais de como cada indivíduo é constituído pelo computador, dependendo do banco de dados em questão, como um agente social.

As principais pontuações de Bauman (1999) quanto ao superpanóptico consistem em diversos paralelos traçados em decorrência da mudança de propósito do poder dominante: ao utilizar-se do panóptico no passado, buscava inserir a massa em um contexto que os tornaria padronizados, a fim de incluí-los na sociedade produtora por meio da transformação dos comportamentos. Mas o contexto atual, no qual o excedente de pessoas faz com que a vontade seja outra, exatamente contrária – ou seja, excluir da sociedade quem não tem condições de consumo, o papel dos bancos de dados (superpanóptico), é justamente o de classificar, por meio de suas estruturas e mecanismo de seleção, os cidadãos globais (providos de recursos e mobilidade) dos habitantes locais (os desprovidos, relegados à imobilidade).

O principal propósito do panóptico era instilar a disciplina e impor um padrão uniforme ao comportamento dos internos; o panóptico era antes e acima de tudo uma arma contra a diferença, a opção e a variedade. Semelhante objetivo não se coloca ao banco de dados e seus usuários em potencial. Bem ao contrário – são as empresas de crédito e marketing quem mais aciona e utiliza os bancos de dados e o que buscam é garantir a confirmação pelos arquivos da “credibilidade” das pessoas listadas, sua confiabilidade como clientes e *eleitores*, e que os incapazes de escolha sejam peneirados antes que causem danos ou desperdicem recursos. (Bauman, 1999, p. 58).

Assim, pode-se perceber que, enquanto o panóptico é um sistema de inclusão, o superpanóptico é um sistema que exclui aqueles incapazes de atingirem níveis (principalmente econômicos) exigidos para estarem incluídos nos seus parâmetros de mobilidade.

Além do superpanóptico de Poster, foi elaborada a teoria do sinóptico por Thomas Mathiesen (1998), que julga ter sido lacunosa a afirmação de Foucault de que toda a sociedade após o advento do panóptico foi apenas por ele influenciada. Paralelamente ao

panoptismo desenvolveu-se na última metade do século XX a comunicação em massa moderna, na qual muitos observam poucos (ao contrário do panóptico, onde poucos observam muitos) – o que não foi considerado em *Vigiar e Punir*, que foi escrito na metade da década de 1970, quando muito da tecnologia de massas já estava estabelecido e já se notavam muitos indícios do que seria seu futuro, não considerou absolutamente nada sobre esses fenômenos – o que constitui forte tendência contrastante concomitante ao panoptismo.

Não apenas o panoptismo, também o sinoptismo (em grego, *syn* = “junto”, “simultâneo”; *opticon* = “visual”) caracterizou nossa sociedade e a transformação para a modernidade. Nessa situação, muitos se focam simultaneamente em “[...] algo comum que se encontra condensado” (MATHIESEN, p. 1998, p. 82). São as estruturas de ambos os sistemas que desempenham funções de controle na nossa sociedade moderna, segundo Mathiesen (1998).

Foucault teria utilizado como ponto de partida para sua teoria da sociedade de vigilância o surgimento da prisão moderna (entre 1750 e 1830). Mas foi também nessa mesma época que surgiu a imprensa de massa - a disseminação do livro impresso e dos periódicos, e verificou-se também enorme desenvolvimento dos meios de transporte e comunicações nesse período – barco e trem a vapor, telégrafo. Esses permitiram de notícias, além de mercadorias e pessoas. Após essa primeira onda de disseminação da mídia, outras tiveram lugar, recriando sempre o sinóptico através de tecnologias cada vez mais avançadas: cinema, rádio, televisão e internet.

Outra falha de Foucault foi o fato de ter enfatizado o desenvolvimento do panoptismo a partir do final do século XVIII. Mas, na verdade, há indícios de controle assemelhados em alguns traços: por exemplo, o Estado Romano com seus censos (a Bíblia faz referência, em seus Evangelhos, do censo em virtude do qual os pais de Jesus Cristo foram a Belém) e taxações. Igualmente antigo é o sinóptico: a política romana do *Panis et Circensis* desenvolveu estruturas de entretenimento nos quais a multidão observava o espetáculo promovido pelo Estado.

Também se nota que as mesmas instituições foram tanto panópticas quanto sinópticas, havendo inúmeros exemplos históricos disso: a confissão da Igreja Católica funciona de maneira panóptica, pela qual o padre observa a conduta de toda a comunidade. Mas suas imponentes catedrais constituem um sinoptismo. Durante os tempos mais modernos, essa fusão é ainda mais notável:

É hoje totalmente possível, do ponto de vista tecnológico, ter um grande número de consumidores assistindo televisão sinópticamente, pedindo e pagando pelos artigos

anunciados, como também empreendendo várias outras transações econômicas, enquanto os produtores de mercadorias pesquisam em todo o mundo panópticamente, controlando a capacidade dos consumidores de pagar e assegurando a efetivação do pagamento, ou mesmo interrompendo a transação, em caso de possibilidade de insolvência. (Mathiesen, 1998, p. 87).

Quanto à internet, uma peculiaridade deve ser ressaltada: ela não é de acesso universal, pois acarreta grandes custos. Isso denota ainda mais a questão do controle de classes, já que só tem acesso real a ela quem tem certa capacidade financeira, suficiente para ser consumidor. Além disso, cada vez mais a internet deixa de ser um meio realmente interativo, para se tornar controlado unidirecionalmente: são oferecidos entretenimento e informação politicamente orientados para as classes que a ela têm acesso. As classes dominantes definem o que as classes consumidoras dominadas devem saber e consumir.

Também é refutável a afirmação de Foucault de que o panóptico diminuiu gradualmente o exibicionismo do poder soberano, tornando-se o “micropoder invisível” na sociedade moderna. Porém, a veracidade disso faria com que as figuras da mídia não tivessem poder – o que é falso. O exibicionismo do poder não está extinto, mas sim expresso de outras formas – ou seja, na mídia, e não em templos, monumentos e ritos solenes. Mas o micropoder expresso por Foucault também é encontrado e sumamente importante, simultâneo ao poder “do ator”:

No espaço sinóptico, os repórteres, personalidades e comentaristas mais ou menos brilhantes, continuamente em evidência, possuem importância particular. Entendê-los como figuras ornamentais é subestimá-los. [...] eles filtram e moldam ativamente a informação; [...] eles produzem notícias; eles acrescentam temas em sua agenda, assim como evitam colocá-los. Para ter certeza, tudo é executado dentro do contexto de uma agenda de interesses econômicos e políticos, como quem fala, por assim dizer, nos bastidores da mídia. (Mathiesen, 1998, p. 90).

Torna-se notável, dessa forma, o padrão estabelecido pela mídia como sistema como espécie de “religião” da modernidade, modelando comportamentos e ideologias. Satisfaz a necessidade humana de se escapar da miséria concreta que o mundo oferece à vida: Hollywood faz o povo esquecer sua miséria ao exhibir a opulência, assim como a Igreja oferecia na Idade Média a possibilidade de salvar a alma do fogo do inferno.

O sinóptico não foi considerado um “destino histórico” do panóptico, mas sim um sistema desenvolvido paralelamente. Porém, não se pode deixar de assinalar algumas mudanças ocorridas nesse desenvolvimento com o advento da globalização.

A primeira mudança diz respeito justamente à penetração cada vez maior da influência da mídia de massa, em decorrência da tecnologia. Cada vez mais veloz, eficiente e atrativa, torna-se conseqüentemente também mais poderosa. Assim, tanto os sistemas de vigilância –

como câmeras de vídeo e registros eletrônicos influenciados pela vigilância do panoptismo, quanto a difusão da ideologia dos dominantes pela mídia – que encarna perfeitamente a figura do sinóptico, tornam-se mais poderosos.

Segregados e separados na terra, os habitantes locais encontram os globais através das transmissões regulares do céu pela TV. Os ecos do encontro reverberam globalmente, abafando todos os sons locais mais refletidos pelos muros locais, cuja impenetrável solidez de presídio é assim revelada reforçada. (Bauman, 1999, p. 62).

Aqueles que são denominados por Bauman (1999) de “habitantes locais”, que são as pessoas desprovidas de recursos de mobilidade no mundo global – ou seja, as *muitas* pessoas que não têm alternativas senão permanecerem em seus locais de origem, sem a opção de irem a outra localidade que possa melhor satisfazê-los, são cada vez mais influenciados pela observação dos *poucos* globais – habitantes do “Olimpo” global, dotados de condições para desfrutarem dos prazeres que sua condição de pleno movimento por todo o globo pode oferecer.

Assim, essa influência propicia a alienação dos locais, impedindo que sua verdadeira condição seja desvelada, pois a observação desse Olimpo gera o simples e absoluto fascínio que impede a revelação da verdadeira necessidade de lutar pela alteração.

Considerações Finais

O ser humano vive em sociedade. Para desempenhar essa vida social, realizou uma série de construções, criações, enfim, aparelhos que a possibilitassem. Assim, surgem agrupamentos populacionais organizados, subdivididos, co-relacionados, que formam as cidades e os Estados – maiores materializações do conceito de meio ambiente artificial.

Tudo o que é por ele criado é artificial. O ser humano deixa de ser um simples animal quando cria o seu *habitat* – tornando-se o senhor de si e do mundo, não dependendo mais apenas das possibilidades do ambiente natural para sobreviver. Mas, a simples sobrevivência não é seu único objetivo: ao tomar consciência do seu potencial, o homem deseja cada vez mais, readaptar-se aos novos contextos surgidos. Assim, racionaliza seu espaço cada vez mais, a fim de dominar não apenas o seu meio físico, mas também a sociedade onde vive, ou seja, outros homens.

A tecnologia do poder, bem como sua manifestação, pode ser caracterizada de diferentes maneiras conforme o período histórico: ora um poder que se exhibe a fim de mostrar do que é capaz, ora um poder que se dissimula para realizar-se de maneira eficaz.

A construção do panóptico pode ser comprovada nas mais variadas instituições criadas pelo homem (portanto, artificialmente) para organizar o convívio social, bem como dominá-lo. A Revolução Industrial não teria sido possível sem a dominação e a adaptação da população às suas necessidades de produção. Também os sistemas educacional, hospitalar, militar, entre tantos outros necessários, alcançaram a eficiência a partir da aplicação da concepção surgida na idéia do edifício circular ao redor da torre ocupada pelo vigia velado – as mais variadas conseqüências dessa construção na qual o poder não aparece foram utilizadas pelo poder dominante a fim de se tornar cada vez mais efetivo.

Mas não se pode considerar que apenas essa concepção em que poucos vigiam muitos foi responsável pelo ritmo do poder. Este necessitou também da manipulação das idéias da massa, disseminando assim sua ideologia, também se tornando mais eficiente. Assim, a antiga concepção pela qual o poder se manifestava claramente a todos, fazendo com que muitos observem (e, por que não dizer, imitem ou amedrontem-se) poucos, continua disfarçada nas tecnologias de comunicação em massa (televisão, rádio, cinema, internet, jornais, etc.).

O avanço tecnológico impulsionou não apenas a máquina produtora de bens, mas também a reprodutora de idéias, conceitos. Assim, o sinóptico funcionou como concepção “acompanhante” do panóptico, agindo de maneira contrária a ele, porém com o mesmo objetivo: permitir a dominação da sociedade.

Esse mesmo avanço tecnológico enorme que fez com que o próprio poder mudasse suas maneiras de se manifestar é uma das presenças do fenômeno da globalização. Porém, o contexto histórico da atualidade fez com que o poder não mais necessite de braços para impulsionar suas máquinas, mas sim, com que fossem necessários consumidores para os seus produtos, excluindo aqueles que não são capazes de sê-lo.

Mas, o mesmo ser humano que cria toda uma artificialidade para subjugar seu semelhante pode ser aquele que utiliza sua capacidade para perceber essas amarras que o prendem numa universalidade direcionada, e utilizar sua voz e sua ação para se desprender, ou ao menos, para constituir a força que resiste à teia do poder.

Os homens que criaram essas estruturas não tinham capacidades interiores tão superiores que pudessem torná-las indestrutíveis. O nível de conhecimento a que chegaram para poder agrilhoar pode também ser atingido por quem deseja arrebanhar essas cadeias.

A tomada de consciência de um problema é o primeiro passo para que o mesmo seja resolvido. A maneira pela qual a sociedade foi concebida pode ser tida como um problema que gera os problemas da humanidade. Então, nada melhor do que entender essas concepções que, ao longo da história, foram artificialmente criadas, cercando e influenciando o homem (sendo, portanto, o seu meio e ambiente), para que se possa chegar, um dia, a uma realidade orientada não para dominar, mas para resolver problemas reais.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Globalização**: as conseqüências humanas. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BENTHAM, Jeremy. **O Panóptico**. Tradução e organização de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Uma introdução aos princípios da moral e da legislação. Tradução de Luiz João Baraúna. In: **Os pensadores**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 33ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 20ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

MATHIESEN, Thomas. A sociedade espectadora: o “panóptico” de Michel Foucault revisitado. **Margem**, São Paulo, n. 8, p. 77-95, dez. 1998.

MILLER, Jacques-Alain. A máquina panóptica de Jeremy Bentham. In: BENTHAM, Jeremy: **O panóptico**. Tradução de Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PERROT, Michelle. O inspetor Bentham. In: BENTHAM, Jeremy: **O panóptico**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

POSTER, Mark. Database as discourse, or electronic interpellations. In: HEELAS, Paul; LASH, Scott; MORRIS, Paul (Orgs.). **Detraditionalization**. Oxford: Blackwell, 1991.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global do trabalho. Tradução de Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books, 1995.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

VIANNA, Túlio Lima. **Transparência pública, opacidade privada: o direito como instrumento de limitação do poder na sociedade de controle**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

Mateus de Oliveira Fornasier

Bacharel em Direito, especialista em Direito Ambiental e acadêmico do programa de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado) em Desenvolvimento pela UNIJUI – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. E-mail: **mateus_fornasier@hotmail.com**